



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

CEP 38970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
CAIXA POSTAL 28

LEI Nº 433/2010

Estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2011, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Campos Altos, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, aprova o seguinte projeto de lei:

Art. 1º - O Orçamento do Município de Campos Altos, Estado de Minas Gerais, para o exercício financeiro de 2011, estima a receita e fixa a despesa no valor de R\$ 24.708.000,00 (Vinte e quatro milhões, setecentos e oito mil reais)

§ 1º - A receita por natureza, desdobra-se da seguinte forma:

| Especificação | Valor |
|---|----------------------|
| Receita Corrente | 25.849.000,00 |
| Receita Tributária | 1.279.000,00 |
| Receita de Contribuições | 1.150.000,00 |
| Receita Patrimonial | 540.000,00 |
| Receita Agropecuária | 1.000,00 |
| Receita de Serviços | 56.000,00 |
| Transferências Correntes | 22.620.000,00 |
| Outras Receitas Correntes | 203.000,00 |
| Receitas Retificadoras | -3.222.000,00 |
| Receita de Capital | 1.160.000,00 |
| Operações de Crédito | 100.000,00 |
| Alienação de Bens | 50.000,00 |
| Transferências de Capital | 960.000,00 |
| Outras Receitas de Capital | 50.000,00 |
| Transferência Intra-orçamentária | 921.000,00 |
| Receita de Contribuições | 920.000,00 |
| Outras Receitas Correntes | 1.000,00 |
| Total da Receita | 24.708.000,00 |

§ 2º - A despesa, desdobra-se em:

I - por função de governo:

| Especificação | Valor |
|--------------------|--------------|
| Legislativa | 840.000,00 |
| Administração | 4.196.000,00 |
| Segurança Pública | 105.000,00 |
| Assistência Social | 843.000,00 |
| Previdência Social | 2.387.000,00 |
| Saúde | 5.181.000,00 |
| Educação | 6.357.000,00 |
| Cultura | 330.000,00 |
| Urbanismo | 1.586.000,00 |
| Habitação | 62.000,00 |
| Saneamento | 222.000,00 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

CEP 38970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
CAIXA POSTAL 28

| | |
|-------------------------|----------------------|
| Gestão Ambiental | 65.000,00 |
| Agricultura | 213.000,00 |
| Indústria | 19.000,00 |
| Comércio e Serviços | 28.000,00 |
| Transporte | 290.000,00 |
| Desporto e Lazer | 230.000,00 |
| Encargos Especiais | 1.148.000,00 |
| Reserva do RPPS | 286.000,00 |
| Reserva de Contingência | 320.000,00 |
| Total da Despesa | 24.708.000,00 |

II – Por grupo de natureza:

| Especificação | Valor |
|--------------------------------|----------------------|
| Despesas Correntes | 20.729.000,00 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 10.967.000,00 |
| Juros e Encargos da Dívida | 237.000,00 |
| Outras despesas Correntes | 9.475.000,00 |
| Despesas de Capital | 3.343.000,00 |
| Investimentos | 2.619.000,00 |
| Amortização da Dívida | 804.000,00 |
| Reserva do RPPS | 286.000,00 |
| Reserva de Contingência | 320.000,00 |
| Total das Despesas | 24.708.000,00 |

III – Por categoria Econômica

| | |
|-------------------------|----------------------|
| Despesas Correntes | 20.679.000,00 |
| Despesas de Capital | 3.423.000,00 |
| Reserva do RPPS | 286.000,00 |
| Reserva de Contingência | 320.000,00 |
| Total da Despesa | 24.708.000,00 |

IV – Por Órgão de Administração

| | |
|---|----------------------|
| 1 - Poder Legislativo | 840.000,00 |
| 1.1 – Poder Legislativo | 840.000,00 |
| 2 - Poder Executivo | 21.577.000,00 |
| 2.1 – Gabinete do Prefeito | 1.112.000,00 |
| 2.2 – Procuradoria Jurídica | 212.000,00 |
| 2.3 – Assess. Mun. Planejamento e Orçamento | 122.000,00 |
| 2.4 – Sec. Mun. Adm. E Recursos Humanos | 1.214.000,00 |
| 2.5 – Sec. Municipal da Fazenda | 1.706.000,00 |
| 2.6 – Sec. Mun. De Educação | 6.357.000,00 |
| 2.7 – Sec. Mun. De Saúde | 666.000,00 |
| 2.8 – Sec. Munic. Assistência Social | 379.000,00 |
| 2.9 – Sec. Mun. Obras e Serviços Urbanos | 3.307.000,00 |
| 2.10 – Sec. Mun. Agri. Pec. Abast. | 498.000,00 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

CEP 38970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
CAIXA POSTAL 28

| | |
|---|----------------------|
| 2.11 – Sec. Mun. Cultura Turismo Esp. E Lazer | 580.000,00 |
| 2.14 – Fundo Municipal de Saude | 4.515.000,00 |
| 2.15 – Fundo Municipal de Assistencia Social | 492.000,00 |
| 2.16 – Fundo Municipal de Habitacao | 62.000,00 |
| Reserva de Contingência | 320.000,00 |
| 3 – Administração Indireta. | 2.291.000,00 |
| 3.01 – I. P. M.C.A | 2.291.000,00 |
| Reserva do RPPS | 286.000,00 |
| Total das Despesas | 24.708.000,00 |

DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE ÉDITOS SUPLEMENTARES

Art. 2º. Durante o exercício, na execução orçamentária da despesa, ficam os Poderes Executivo e Legislativo, dentro da competência de cada um, autorizados a abrir créditos suplementares ao orçamento fiscal até o limite de 20% (trinta por Cento) da despesa fixada, podendo para tanto efetuar a transposição, remanejamento ou transferência de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, respeitadas as prescrições constitucionais e nos termos da Lei federal 4.320/64.

Art. 3º. Não onera o limite de suplementação estabelecido no art. 2º:

I - os créditos suplementares abertos com fonte de recursos resultantes de anulação parcial ou total da reserva de contingência;

II - os créditos suplementares destinados a suprir insuficiência das dotações relativas a pessoal e encargos sociais, inativos e pensionistas, dívida pública municipal, débitos de precatórios judiciais;

III - Os créditos suplementares destinados a adequações orçamentárias, por ocasião de reforma da estrutura administrativa, dos poderes municipais ocorrida mediante autorização legislativa;

IV- As suplementações com recursos de transferências vinculadas a finalidade específica, quando se referirem a remanejamento interno ou utilizarem como fonte o excesso de arrecadação desses recursos;

V- Os créditos suplementares destinados ao pagamento de despesas de exercícios anteriores, restabelecimentos de restos a pagar, passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos e os oriundos de decisões judiciais.

VI – A transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, de acordo com o inciso VI, do art. 167, da Constituição Federal;

Art. 4º. Os recursos que em decorrência de veto ou emenda á esta Lei, ficarem sem despesas correspondentes, serão transferidos à reserva de contingência para se restabelecer o equilíbrio orçamentário.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os recursos vinculados à conta reserva de contingência, nas situações previstas no art. 5º, III, "b", da Lei 101/2000; art.5º da Portaria MPO nº 42/1999; art. 8º da Portaria STN nº 163/2001; conforme estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2011.

Art. 6º. Nos termos da legislação vigente, ficam os Poderes Executivo e Legislativo, dentro da competência de cada um, autorizados de acordo com o disposto no artigo 165, § 8º, da



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

CEP 38970-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
CAIXA POSTAL 28

Constituição Federal, artigo 157, § 3º, da Constituição Estadual e artigo 105 da Lei Orgânica Municipal a:

I - Realizar operações de crédito por antecipação da receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário e financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

II - Criar elemento de despesa dentro de cada projeto, atividade e operação especial.

III - Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos.

Art. 7º. Trinta dias, após a publicação desta Lei, nos termos da Lei Complementar 101/2000, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Art. 8º. A execução dos créditos orçamentários constantes dos anexos a esta lei, obedecerá aos princípios constitucionais da impessoalidade e moralidade na Administração Pública, não podendo ser utilizada como o objetivo de influir direta ou indiretamente, na apreciação de proposições legislativa em tramitação na Câmara Municipal.

Art. 9º. Integram a presente Lei, os anexos:

I – Quadro das Receitas totais estimadas no orçamento especificadas por categoria e fonte.

II – Quadro de despesa orçamentária total fixada no orçamento especificada por funções de governo.

III – Quadro de despesa orçamentária total, fixada no orçamento especificada por unidades orçamentárias.

Art.10. Acompanharão a presente Lei os anexos exigidos pela legislação vigente.

Art.11. Esta lei entra em vigor a partir de 1.º de janeiro de 2011.

Prefeitura Municipal de Campos Altos, 31 dezembro de 2010.

Cláudio Donizete Freire
Prefeito Municipal